



Proc. Administrativo 13- 1.133/2024

De: Isac M. - SECVIA-OBRAS-FROTA

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 17/12/2024 às 16:09:48

Setores envolvidos:

SECADM, SECADM-LIC, GP, SECADM-FROTA, SECADM-CONTABILIDADE, SECVIA-OBRAS, SECVIA-OBRAS-FROTA, SECVIA-OBRAS-ADMIN, SECPLAN-COORD-PROJETOS, DIR-COMPRAS, COMPRAS-Cotação de Preços

Aquisição de PNEUS para frota

—
Isac Vitor Medeiros
Agente Administrativo

Anexos:
ETP_PNEUS.pdf



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

DEPARTAMENTO DE CONTROLE DE FROTAS

AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA FROTA MUNICIPAL DOIS VIZINHOS – PR

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) têm por finalidade identificar o problema e estudar as soluções aplicáveis, por meio da documentação e reunião de elementos técnicos, mercadológicos, econômicos e ambientais necessários e suficientes para permitir a escolha de solução adequada para à aquisição de pneus, para uso na frota de veículos das Secretarias Municipais de Dois Vizinhos/PR, possibilitando ainda, na hipótese de conclusão pela viabilidade da solução escolhida, fundamentar a elaboração do respectivo Termo de Referência, com base no disposto da Lei nº 14.133/2021.

1.2. O Município de Dois Vizinhos - PR possui uma extensa frota de veículos e máquinas, tendo em vista que o município utiliza o modelo de gestão de transporte baseado na aquisição de veículos e máquinas rodoviárias/agrícolas e gestão de frota.

1.3. Tendo em vista que a frota Municipal é necessária para o bom funcionamento dos trabalhos essenciais e que é de interesse público que os mesmos continuem sendo executados de maneira eficiente e ininterrupta, faz-se necessária a aquisição de pneus para os diversos tipos de veículos de passeio, vans, ônibus, caminhões e máquinas pesadas da frota municipal para atendimento de todas as Secretarias Municipais.

Os pneus, quando de sua utilização por servidores municipais, na prestação de seus serviços, estão sujeitos a sofrer avarias em função do desgaste ou em decorrência de eventual acontecimento imprevisto que possa vir a danificar o seu correto funcionamento, interferindo assim na devida utilização em sua plenitude. Para a plena operacionalização da frota, faz-se necessário a aquisição de pneus para reposição, tendo em vista sua importância para atender as necessidades da municipalidade nas unidades públicas.

1.4. Os elementos técnicos descritos neste instrumento e em seus anexos são os mínimos necessários para assegurar que a contratação se dê de forma satisfatória, com as mínimas condições técnicas e de qualidade exigidas, e ainda, assegurar o gasto racional dos recursos públicos.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A necessidade de suprir a demanda de consumo na manutenção dos veículos da frota do Município de Dois Vizinhos, neste caso de pneus, visa garantir a segurança dos usuários e motoristas que utilizam os veículos de maneira que atendam padrões recomendados pelas montadoras, que tenham procedência, que estejam dentro dos parâmetros recomendados constantes no manual do fabricante dos respectivos veículos da frota municipal, bem como ~~assim~~ da manutenção preventiva de estabelecidas pelo INMETRO, produto também certificado pelo Instituto de Qualidade Automotiva (IQA).

2.2. Levando em consideração também, que, os pneus em uso, quando atingem o limite de rodagem com desaparecimento dos sulcos, precisam ser substituídos, para garantir a estabilidade dos veículos e, consequentemente a segurança dos motoristas e passageiros, bem como a eficiência operacional.

2.3. A compra de pneus de qualidade é crucial para a manutenção e eficiência da frota de veículos da Prefeitura de Dois Vizinhos – PR. Pneus são componentes essenciais para a segurança e desempenho dos veículos da municipalidade. Eles são responsáveis não apenas



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

por garantir a mobilidade, mas também por influenciar diretamente na economia de combustível, no conforto durante a condução e na segurança dos operadores e usuários.

2.4. Dada a diversidade e a intensidade de uso da frota, que inclui veículos de passeio, médios e pesados, é imperativo que sejam adquiridos pneus que atendam a diferentes necessidades e padrões de uso. Esta aquisição deve considerar a resistência, durabilidade e adaptação aos diversos terrenos e condições climáticas de Dois Vizinhos e cidades do Paraná. Pneus de qualidade asseguram uma maior eficiência nas operações, reduzindo o risco de falhas e acidentes, além de contribuir para a redução dos custos de manutenção em longo prazo.

2.5. Considerando o uso constante dos veículos e máquinas que acarreta no desgaste dos pneus faz-se necessária a sua substituição, sobretudo, para garantir a segurança de condutores, passageiros e de terceiros, bem como otimizar a utilização do patrimônio municipal para continuidade dos serviços como atividades de transporte de equipes e materiais essenciais.

2.6. Considerando que a utilização da frota se dá de forma ininterrupta, considerando o trabalho desenvolvido por todas as secretarias que fazem parte do quadro municipal.

2.7. Considerando que os veículos utilizados por estes serviços possuem a característica de traslado de passageiros dentro e fora do município, muitas vezes para outros municípios dentro e fora do Estado do Paraná;

2.8. Considerando o crescimento constante da frota municipal, seja devido à ampliação dos serviços prestados à comunidade ou à substituição de veículos mais antigos, demanda uma quantidade maior desses componentes essenciais.

2.9. Considerando ainda as projeções de expansão futura da frota, é crucial antecipar e satisfazer essa demanda crescente, assegurando que a infraestrutura necessária esteja prontamente disponível para atender às necessidades presentes e futuras da administração municipal.

3. ALINHAMENTO COM O PAC

3.1. A aquisição de pneus está prevista no Plano Anual de Contratações, no entanto constatou-se que apenas o item 1749 da atual demanda foi devidamente previsto.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os itens têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2. Para fornecimento pretendido os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar documentação comprobatória a título habilitação, nos termos do art. 62 e 67 da Lei nº 14.133/2021:

4.3. A contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda;

4.4. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR: NO ATO DE ASSINATURA DO CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL

CNPJ 76.205.640/0001-08

Avenida Rio Grande do Sul, 130 – Fone (46) 3536 8800 – CEP 85.660-000 – Dois Vizinhos - PR



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

4.5. A empresa declarada vencedora dos itens de PNEUS, deverá apresentar no ato da habilitação a Certificação do produto no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em nome da licitante e/ou em nome do fabricante ou importador.

5. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE

5.1. Basicamente a Secretaria se baseou no seu quantitativo considerando o controle de consumo do último período de 12 meses, e no número existente destes veículos/equipamentos que a Administração Municipal possui em seu patrimônio, ainda considerando, contudo, sofrer alterações, devido à baixa ou aquisição/recebimento de outros veículos/equipamentos em 2024 / 2025.

6. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS

6.1. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da municipalidade. Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar. Assim, a variação se dá pela modalidade de licitação aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade normativa.

6.2. Logo, a contratação de empresa para fornecimento de pneus, objeto do presente Estudo Técnico Preliminar se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente contratação por órgãos públicos, em todas as suas esferas.

6.3. O levantamento de mercado de foi realizado em conformidade com os procedimentos administrativos para a aquisição de bens, no âmbito da administração pública;

6.4. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do Art. 20 da Lei nº 14.133/2021, considerando que, notadamente, possuem padrões de desempenho e de qualidade que podem ser objetivamente definidos, com base em especificações usuais no mercado.

6.5. De acordo com pesquisa de mercado observou-se que existem vários fornecedores/fabricantes que possam fornecer várias marcas/modelos diferentes que atendam ao objeto da presente contratação o que permite uma ampla competitividade no certame.

6.6. As possibilidades para aquisição dos materiais de consumo são: Pregão eletrônico em sua forma de Registro de Preço, pregão eletrônico para aquisição imediata e total, dispensa, inexigibilidade e adesão.

6.7. Dispensa foi descartada uma vez que os itens que se pretende adquirir não se aplicam aos casos de dispensa de licitação previstos no art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

6.8. É inexigível a licitação quando há inviabilidade de competição, conforme art. 74 da Lei nº 14.133/2021, sendo assim essa opção foi desconsiderada.

6.9. Considerando que até o presente momento a administração não adotou tal prática, a adesão foi descartada.

6.10. A escolha adequada para realizar a contratação dos itens foi o Pregão Eletrônico, uma vez que foi possível definir previamente o quantitativo demandado pela Administração para o período de doze meses.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

6.11. Dessa forma, foram encontradas as seguintes soluções disponíveis no mercado:

6.12. Solução A: Realização de procedimento licitatório a fim de realizar registro de preços para eventual aquisição de pneus, destinado aos veículos deste pelo período de 12 (meses). Mas conforme orientação do secretário de finanças será adotado registro de preços somente para aquisições que não possuem histórico de compra.

6.13. Para a economicidade da contratação, poderá ser utilizado o recurso da competitividade entre empresas do ramo, mediante regular e adequado procedimento instrutório em conformidade com as previsões da legislação pertinente, cujo fator preponderante será o “Menor Preço por Item”.

6.14. Solução B: Realização de procedimento licitatório a fim de realizar registro de preços para recapagem, recauchutagem ou remoldagem de pneus.

6.15. Solução C: Realização de procedimento licitatório a fim de realizar pregão eletrônico para a aquisição de pneus, para uso na frota de veículos das Secretarias Municipais de Dois Vizinhos/PR.

6.16. Considerando as constantes variações de preços de pneus no mercado, o que ocasiona pedidos de reequilíbrio econômico financeiro nas Atas de Registro de Preços, demonstrou-se viável e econômico a aquisição total dos pneus, garantindo os valores mais baixos na aquisição, e o não desabastecimento dos pneus dos veículos prestados.

6.17. A escolha da solução C - aquisição de pneus, para uso na frota de veículos das Secretarias Municipais de Dois Vizinhos/PR, mostrou-se mais vantajosa para o órgão, considerando aspectos econômicos e de gerenciamento de estoque, objetiva manter o princípio da economicidade, optando por aquisição, considerando que o objeto deste contrato se baseia em uma demanda com entrega total.

6.18. Além do disposto acima, compilar todas as informações necessárias para o Termo de Referência, garante que todos os requisitos técnicos e operacionais sejam devidamente considerados, proporcionando uma descrição clara e completa dos produtos requeridos, de fácil compreensão pelos fornecedores interessados em participar da licitação.

6.19. Essa abordagem cuidadosa permite que os fornecedores apresentem propostas mais precisas e adequadas para selecionar a melhor oferta, levando em conta não apenas o preço, mas também a qualidade, prazos de entrega e outras condições relevantes.

6.20. A aquisição de produtos de alta qualidade, que atendam às especificações técnicas da frota municipal, é crucial para garantir a segurança e a durabilidade dos equipamentos. Através de um processo licitatório transparente e rigoroso, a administração pública busca otimizar os recursos e proporcionar à população serviços públicos eficientes e seguros.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1. Um relatório de consumo detalhado foi gerado com base nos pregões anteriores, visando uma aquisição mais abrangente. Contudo, diante da necessidade urgente de garantir o abastecimento de determinados itens, apontados como críticos por Joel da Borracharia e Joel do Frotas, a presente aquisição será restrita a esses produtos específicos. Assim sendo, o valor estimado da contratação seguirá os valores projetados no Documento de Fundamentação de Despesa (DFD).

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

8.1. Contratação de empresa para fornecimento de pneus novos, sem uso anterior para veículos da frota municipal, para suprir as necessidades de todas as secretarias da administração, durante o período de 12 meses.

8.2. Um estudo minucioso das necessidades da frota municipal foi conduzido, analisando fatores como tipos de veículos, condições de operação e especificações técnicas conforme ANEXO 1.

8.3. A escolha das soluções para a frota municipal foi realizada de forma técnica e estratégica, considerando fatores como qualidade, custo-benefício, desempenho e sustentabilidade.

8.4. A seleção dos pneus, por exemplo, levou em conta as especificidades de cada tipo de veículo e as condições operacionais da frota, garantindo a melhor performance e durabilidade.

8.5. As aquisições da Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos em atendimento ao dispositivo legal serão realizadas visando garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

8.6. A aquisição de pneus para a frota das secretarias municipais, por meio de licitação / Pregão Eletrônico, é a solução mais eficiente para garantir a segurança, a confiabilidade e a operacionalidade dos veículos municipais de Dois Vizinhos. Essa modalidade de compra assegura a obtenção de produtos de qualidade, com preços competitivos e prazos de entrega adequados às necessidades da Secretaria.

8.7. A análise econômica revela que a presente solução é a mais viável para a administração, a aquisição proposta resultará em economias significativas, considerando fatores como custo-benefício e competitividade de preços, essa economia reflete diretamente na otimização dos recursos públicos.

8.8. O processo de aquisição dos pneus será conduzido de acordo com as condições estabelecidas no edital, incluindo o cumprimento de todas as formalidades legais da Lei 14.133 e demais legislações pertinentes ao certame. Os pneus serão então distribuídos para os diferentes veículos da frota municipal conforme necessário.

8.9. Será realizado um monitoramento contínuo do desempenho dos pneus em operação, bem como a implementação de medidas de manutenção preventiva para garantir sua durabilidade e eficiência ao longo do tempo.

8.10. Todos os demais elementos necessários ao atendimento à demanda da Administração estarão dispostos no Termo de Referência, entre eles as obrigações e responsabilidades da contratada e demais especificidades do objeto.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1. Em regra, conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do art. 40 da Lei nº 14.133/21, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

9.2. Considerando as especificidades do presente objeto a demanda será parcelada em itens, haja visto se comprovarem ser técnica e economicamente viável, com vistas a propiciar o melhor aproveitamento do mercado e a ampliação da competitividade.

10. DA PARTICIPAÇÃO DE ME E EPP

10.1. É certo que a exclusividade às micro e pequenas empresas é a regra nos casos de licitações com valor estimado de até R\$ 80.000,00, assim como deve ser realizada a divisão em cotas de até 25% do objeto para a contratação de ME ou EPP nos itens de natureza divisível, conforme determina o art. 48, inc. I e II, da Lei Complementar 123/2006.

10.2. Conforme constatado em pesquisa as ATAs dos pregões anteriores, verificou-se participação de empresas locais e regionais, portanto, a licitação levará em conta a exclusividade ou cota reservada para para micro empresas e empresas de pequeno porte, a depender do valor de cada item a ser licitado.

11. ANÁLISE SOBRE O ÍNDICE DE REAJUSTE

11.1. Conforme orientação da [Secretaria de Gestão \(SEGES\) — Ministério da Economia](#): “A Administração deverá atentar para que o índice utilizado seja o indicador mais próximo da efetiva variação dos preços dos bens a serem fornecidos, “...o qual deverá ser preferencialmente um índice setorial ou específico, e, apenas na ausência de tal índice, um índice geral, o qual deverá ser o mais conservador possível de forma a não onerar injustificadamente a administração...” – TCU, Ac. nº 114/2013-Plenário.”, por isso a escolha do índice de reajuste é crucial para garantir a equidade tanto para a administração pública quanto para os fornecedores, especialmente em contratos de longo prazo como os de fornecimento de pneus.

11.2. O Tribunal de Contas da União (TCU) é claro ao recomendar que o índice utilizado seja o mais próximo da variação real dos preços dos bens em questão. No caso de pneus, um índice setorial ou específico seria ideal, pois capturaria as particularidades do mercado de pneus, como variações nos preços de matérias-primas, custos de produção e flutuações na demanda.

11.3. O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) é um índice geral que mede a variação dos preços de uma cesta ampla de bens e serviços para o consumidor final. Embora seja um índice bastante utilizado, ele pode não refletir de forma precisa a variação dos preços dos pneus, que podem ser influenciados por fatores específicos do setor, como:

11.4. Variações no preço da borracha: A borracha é um dos principais insumos na fabricação de pneus e suas oscilações de preço podem ter um impacto significativo no custo final do produto.

11.5. Custos de produção: Fatores como energia, mão de obra e logística também influenciam o custo de produção dos pneus.

11.6. Taxas e impostos: Alterações nas taxas e impostos incidentes sobre a produção e comercialização de pneus podem afetar seus preços.

11.7. Oferta e demanda: A oferta e demanda por pneus, que podem variar de acordo com fatores como sazonalidade e condições econômicas, também influenciam seus preços

11.8. Diante dessas considerações, conclui-se que o índice setorial mais específico e adequado para o reajuste dos preços de pneus é IPP - Índice de Preços ao Produtor - Indústrias Extrativas e de Transformação - FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE BORRACHA E



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

DE MATERIAL PLÁSTICO, que mede a variação dos preços dos produtos na saída das fábricas, podendo capturar melhor as variações nos custos de produção dos pneus.

12. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

12.1. Os objetivos principais desta contratação é obter os seguintes resultados:

12.2. Melhor Relação Custo-Benefício: Busca-se a aquisição dos itens descritos nesta solução com a melhor relação custo benefício, assegurando um preço competitivo e compatível com as especificações técnicas necessárias para atender às demandas da secretaria, assim como suprir a demanda dos serviços para o período mínimo de doze meses.

12.3. Os resultados pretendidos da aquisição de pneus para a frota municipal podem ser demonstrados através de diversos indicadores e métricas, que refletem os benefícios esperados para a administração pública e para a comunidade atendida. Alguns exemplos de demonstrativos dos resultados pretendidos incluem:

12.4. Redução de custos operacionais: Monitoramento do custo total de propriedade dos pneus, incluindo aquisição, manutenção e substituição, comparando-o com períodos anteriores ou com outras opções de aquisição.

12.5. Aumento da eficiência operacional: Avaliação da disponibilidade dos veículos da frota para operação. O objetivo é demonstrar um aumento na disponibilidade dos veículos devido à redução de paradas não planejadas devido a problemas relacionados aos pneus.

12.6. Garantia da segurança dos veículos: Monitoramento de indicadores de segurança, como o número de acidentes relacionados a problemas nos pneus, aumentando a segurança dos motoristas e passageiros.

12.7. Maior durabilidade dos pneus: Acompanhamento da vida útil dos pneus adquiridos, comparando-a com a vida útil média esperada ou com períodos anteriores.

12.8. Sustentabilidade ambiental: Avaliação do impacto ambiental da aquisição de pneus, incluindo a redução na geração de resíduos. O objetivo é demonstrar um compromisso com a sustentabilidade ambiental, contribuindo para a redução do impacto ambiental da frota municipal.

12.9. Considerando os compromissos ambientais, espera-se que a solução proposta pela empresa contratada contemple práticas sustentáveis, minimizando impactos ambientais e adotando medidas que promovam a responsabilidade ambiental.

12.10. Espera-se que a empresa contratada demonstre eficiência logística, garantindo o cumprimento dos prazos estabelecidos para a entrega dos produtos nos locais determinados pelas secretarias. A pontualidade na distribuição é crucial para evitar interrupções no fornecimento.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES

13.1. Os serviços de substituição dos pneus adquiridos serão realizados pelos servidores do Parque de Máquinas.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. O procedimento para as contratações de interesse público deve buscar sempre a proposta mais vantajosa, trazendo um agrupamento de benefícios, onde, tal conceito vai além do mero ato de obter os menores preços, mas, sim, analisar os benefícios do processo, onde é necessário avaliar os impactos positivos e negativos na aquisição quanto a:

PREFEITURA MUNICIPAL

CNPJ 76.205.640/0001-08

Avenida Rio Grande do Sul, 130 – Fone (46) 3536 8800 – CEP 85.660-000 – Dois Vizinhos - PR



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

- 14.2. a) A observância de normas e critérios de sustentabilidade;
- 14.3. b) O emprego apurado dos recursos públicos;
- 14.4. c) Conservação e gestão responsável de recursos naturais;
- 14.5. d) Uso de insumos ambientalmente sustentáveis, sempre que existir a oferta;
- 14.6. e) Remoção e destinação final apropriada dos resíduos gerados pelas aquisições;
- 14.7. Para o fornecimento de pneus novos, é essencial considerar os impactos ambientais. Aqui estão alguns pontos-chave a serem considerados:
- 14.8. Produção de Pneus
- 14.9. a) Matérias-primas: A produção de pneus envolve a utilização de recursos naturais como borracha (natural e sintética), petróleo, aço e outros compostos químicos. A extração e processamento dessas matérias-primas podem ter impactos significativos sobre o meio ambiente.
- 14.10. b) Emissões de CO₂: O processo de fabricação de pneus é intensivo em energia, resultando em emissões de dióxido de carbono (CO₂) e outros gases de efeito estufa (GEE).
- 14.11. Logística e Transporte
- 14.12. a) Transporte dos produtos: A logística envolvida no transporte de pneus novos para o município pode gerar emissões de GEE e contribuir para a poluição do ar.
- 14.13. b) Armazenamento: As condições de armazenamento devem ser adequadas para evitar a deterioração precoce dos produtos, reduzindo, assim, o desperdício.
- 14.14. Uso e Desgaste
- 14.15. a) Desempenho e durabilidade: Pneus de alta qualidade têm uma maior durabilidade, reduzindo a necessidade de substituição frequente e, consequentemente, a quantidade de resíduos gerados.
- 14.16. b) Eficiência de combustível: Pneus que melhoram a eficiência de combustível podem reduzir as emissões de CO₂ dos veículos durante sua vida útil.
- 14.17. A escolha de pneus com baixa resistência ao rolamento pode contribuir para a redução do consumo de combustível e das emissões de gases de efeito estufa, melhorando a eficiência energética da frota municipal e reduzindo seu impacto ambiental.
- 14.18. Gestão de Resíduos
- 14.19. a) Descarte de pneus usados: Pneus usados representam um desafio ambiental significativo. O descarte inadequado pode resultar em poluição do solo e água, além de ser um potencial criadouro de mosquitos transmissores de doenças.
- 14.20. b) Reciclagem e reutilização: É importante assegurar que a empresa fornecedora tenha programas de reciclagem para os pneus velhos. Pneus reciclados podem ser usados na fabricação de novos produtos ou para outros fins, como na construção civil.
- 14.21. Critérios de Licitação



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

14.22. a) Sustentabilidade como critério: Incorporar critérios de sustentabilidade no processo licitatório pode ajudar a selecionar fornecedores que adotam práticas ambientais responsáveis.

14.23. b) Avaliação de impacto ambiental: Realizar uma avaliação de impacto ambiental (AIA) para compreender os potenciais impactos e mitigar riscos associados ao fornecimento e uso dos produtos.

14.24. Conformidade Legal

14.25. a) Normas Ambientais: A empresa contratada deve estar em conformidade com todas as normas e regulamentos ambientais vigentes. Isso inclui a gestão adequada de resíduos e a minimização de impactos ambientais durante o ciclo de vida do produto.

14.26. Conforme o disposto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, onde estabelece que os resíduos sólidos em geral ou rejeitos, provenientes de aquisições ou serviços que gerem resíduos sólidos ou rejeitos, a contratada deverá observar a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que estabelece que os geradores de resíduos são responsáveis por sua correta destinação final, e prevê a possibilidade de instituir mecanismos de logística reversa, que visam facilitar a coleta, o transporte e a destinação final dos resíduos gerados pelos consumidores. Esses mecanismos podem ser implementados por empresas fornecedoras de bens, em conjunto com o poder público e a sociedade civil.

14.26.1. Assim como o Decreto Nº 10.936, DE 12 DE JANEIRO DE 2022 que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 e reforça a responsabilidade compartilhada entre os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes desses produtos. Isso significa que essas empresas devem participar ativamente da coleta e destinação adequada dos pneus usados, incentivando a criação de sistemas de logística reversa eficientes.

14.26.2. A Instrução Normativa 1, 25/01/2013 – IBAMA, que estabelece a obrigatoriedade de cadastro no CNORP para todas as pessoas jurídicas que exercem atividades de geração e operação de resíduos perigosos, abrangendo as atividades potencialmente poluidoras previstas na Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente), e detalha os procedimentos administrativos relacionados ao cadastramento e à prestação de informações sobre resíduos sólidos, incluindo os considerados perigosos. Isso garante a padronização dos processos e facilita o acompanhamento das atividades pelos órgãos ambientais.

14.26.3. Ainda deverão cumprir as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, sobre resíduos sólidos, em especial as Políticas de descarte sustentáveis das embalagens vazias, ou relacionadas.

14.26.4. E a Lei nº14.133/21, que determina que as empresas cumpram integralmente todas as normativas legais relativas à proteção ambiental, quer sejam federais, estaduais ou municipais, e sejam responsabilizadas por quaisquer penalidades decorrentes de sua inobservância.

14.27. Os fabricantes e importadores de pneus novos devem coletar e dar destinação adequada aos pneus inservíveis existentes no território nacional, nos termos da Resolução CONAMA nº 416/2009 que Dispõe sobre a prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação ambientalmente adequada, assim como a Instrução Normativa nº 09/2021, que Institui, no âmbito do Ibama, os procedimentos necessários ao cumprimento da Resolução Conama nº 416, a Portaria 379/2021 - INMETRO que traz orientações sobre a Etiqueta nacional de Conservação de Energia para pneus novos (ENCE) e suas categorias assim como estabelece requisitos obrigatórios de segurança, desempenho e identificação para pneus. A exigência da melhor categoria em uma licitação é indicada com

PREFEITURA MUNICIPAL

CNPJ 76.205.640/0001-08

Avenida Rio Grande do Sul, 130 – Fone (46) 3536 8800 – CEP 85.660-000 – Dois Vizinhos - PR



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

base nos princípios da eficiência, e desenvolvimento nacional sustentável e consideração do ciclo de vida e.

14.28. É essencial que a contratante e a contratada estejam alinhadas com as diretrizes ambientais, assegurando a responsabilidade ambiental ao longo de todo o ciclo de fornecimento, desde a produção até a entrega dos produtos. O monitoramento constante e a conformidade com padrões ambientais são fundamentais para garantir a sustentabilidade da operação e minimizar possíveis impactos adversos ao meio ambiente.

15. O REGIME DE FORNECIMENTO DE BENS, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OU DE EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, OBSERVADOS OS POTENCIAIS DE ECONOMIA DE ESCALA

15.1. Fornecimento parcelado

16. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO, MODO DE DISPUTA E A ADEQUAÇÃO E EFICIÊNCIA DA FORMA DE COMBINAÇÃO DESSES PARÂMETROS.

16.1. Para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a administração pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto definiu-se:

16.2. Modalidade de licitação: Pregão Eletrônico

16.3. Critério de julgamento: Menor preço por item

16.4. Modo de disputa: Aberto

17. MOTIVAÇÃO CIRCUNSTANCIADA DAS CONDIÇÕES DO EDITAL.

17.1. **Justificativa para exigências de qualificação técnica:** Na contratação de fornecedores de pneus para a frota municipal é fundamental para garantir que os produtos adquiridos atendam aos padrões de qualidade, segurança e desempenho exigidos para operação dos veículos municipais. Alguns pontos a serem considerados na justificativa incluem:

17.2. **Segurança dos veículos e passageiros:** Pneus de qualidade inferior ou inadequados podem comprometer a segurança dos veículos e dos passageiros, aumentando o risco de acidentes e incidentes. Portanto, exigir qualificação técnica dos fornecedores garante que os pneus fornecidos atendam aos requisitos de segurança estabelecidos pelas normas técnicas e regulamentações aplicáveis.

17.3. **Durabilidade e desempenho:** Pneus de baixa qualidade podem ter uma vida útil mais curta e um desempenho inferior em condições de operação adversas, o que pode resultar em maior frequência de substituições, custos adicionais e interrupções na operação da frota. Ao exigir qualificação técnica dos fornecedores, a administração municipal pode garantir que os pneus fornecidos tenham a durabilidade e o desempenho necessários para suportar as demandas da frota municipal.

17.4. **Compatibilidade com os veículos e condições de operação:** A frota municipal pode incluir uma variedade de veículos com diferentes características e requisitos de operação. Portanto, é importante que os pneus fornecidos sejam compatíveis com os diferentes tipos de veículos e as condições de operação específicas da frota. Exigir qualificação técnica dos fornecedores assegura que eles tenham o conhecimento e a experiência necessários para recomendar os pneus mais adequados para cada aplicação.

17.5. **Suporte técnico e assistência pós-venda:** A qualificação técnica dos fornecedores também é importante para garantir que eles possam oferecer suporte técnico e assistência

PREFEITURA MUNICIPAL

CNPJ 76.205.640/0001-08

Avenida Rio Grande do Sul, 130 – Fone (46) 3536 8800 – CEP 85.660-000 – Dois Vizinhos - PR



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

pós-venda, incluindo orientação na seleção dos pneus adequados, treinamento para a equipe de manutenção e resolução de problemas técnicos. Isso ajuda a maximizar a eficiência operacional da frota e a minimizar o tempo de inatividade dos veículos

17.6. Exigência de qualificação econômico-financeira: na contratação de fornecedores de pneus para a frota municipal é fundamental para garantir a solidez e a capacidade financeira dos fornecedores de cumprir com os termos do contrato e fornecer os produtos necessários de forma adequada e oportuna. Algumas justificativas para essa exigência incluem:

17.7. Garantia de fornecimento contínuo: Fornecedores financeiramente sólidos têm mais probabilidade de manter operações estáveis e fornecer continuamente os produtos necessários conforme estipulado no contrato. Isso reduz o risco de atrasos ou interrupções no fornecimento, garantindo que a frota municipal tenha acesso aos pneus necessários quando necessário.

17.8. Redução do risco de inadimplência: Fornecedores com boa Viação, Obras e Serviços Urbanos financeira têm menos probabilidade de enfrentar dificuldades financeiras que possam levá-los à inadimplência ou falência. Ao exigir qualificação econômico-financeira dos fornecedores, a administração municipal pode reduzir o risco de problemas financeiros que possam afetar o cumprimento do contrato e a continuidade do fornecimento de pneus.

17.9. Maior confiabilidade e segurança na transação: A qualificação econômico-financeira dos fornecedores aumenta a confiança da administração municipal de que eles têm os recursos financeiros necessários para cumprir com os termos do contrato. Isso proporciona maior segurança e tranquilidade durante todo o processo de aquisição.

17.10. Proteção dos recursos públicos: Exigir qualificação econômico-financeira dos fornecedores é uma medida de proteção dos recursos públicos, garantindo que o dinheiro dos contribuintes seja investido em fornecedores confiáveis e financeiramente estáveis, que têm a capacidade de cumprir com os compromissos contratuais.

17.11. Prevenção de riscos operacionais: Fornecedores financeiramente frágeis podem enfrentar dificuldades para cumprir com os requisitos de qualidade e quantidade estabelecidos no contrato, o que pode resultar em problemas operacionais e impactar negativamente a eficiência e a segurança da operação da frota municipal.

17.12. Em resumo, a exigência de qualificação econômico-financeira dos fornecedores de pneus para a frota municipal é uma prática prudente que ajuda a garantir a continuidade do fornecimento, reduzir o risco de inadimplência, aumentar a confiabilidade da transação, proteger os recursos públicos e prevenir riscos operacionais.

17.13. Regras pertinentes à participação de empresas em consórcio: na contratação de fornecedores de pneus para a frota municipal reside em diversos benefícios e considerações importantes, incluindo:

17.14. Ampla capacidade de fornecimento: Permitir a formação de consórcios entre empresas aumenta a capacidade de fornecimento, possibilitando que pequenas e médias empresas se unam para atender às demandas da administração municipal, mesmo que individualmente não possuam os recursos necessários para fornecer todos os produtos requisitados.

17.15. Compartilhamento de expertise e recursos: Empresas participantes de um consórcio podem compartilhar conhecimentos, experiências e recursos técnicos, o que pode resultar em soluções mais completas e inovadoras para atender às necessidades da frota municipal.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

17.16. Mitigação de riscos: Ao se unirem em um consórcio, as empresas podem compartilhar os riscos associados à execução do contrato, o que pode reduzir a exposição a riscos financeiros e operacionais, garantindo uma execução mais estável e segura do projeto.

17.17. Estímulo à competitividade: A participação de consórcios na licitação pode aumentar a competitividade do processo, permitindo que empresas menores concorram de forma mais efetiva com empresas maiores e estabelecidas no mercado, resultando em potenciais benefícios de preço e qualidade para a administração municipal.

17.18. Flexibilidade na composição do consórcio: Estabelecer regras claras para a participação de empresas em consórcio permite que a administração municipal defina critérios de elegibilidade e requisitos mínimos de qualificação para garantir a idoneidade e capacidade das empresas participantes, assegurando que apenas consórcios robustos e confiáveis possam participar do processo licitatório.

17.19. Promoção da diversidade e inclusão: A participação de consórcios pode promover a diversidade e inclusão no processo de contratação, permitindo que empresas de diferentes portes, setores e regiões geográficas se unam para competir de forma mais equitativa, contribuindo para um ambiente de negócios mais inclusivo e representativo.

17.20. Portanto, estabelecer regras pertinentes à participação de empresas em consórcio na contratação de fornecedores de pneus para a frota municipal é uma prática que pode promover a eficiência, a competitividade, a diversidade e a mitigação de riscos no processo de contratação, resultando em potenciais benefícios tanto para a administração municipal quanto para as empresas participantes.

18. ANÁLISE DOS RISCOS QUE POSSAM COMPROMETER O SUCESSO DA LICITAÇÃO E A BOA EXECUÇÃO CONTRATUAL

18.1. Em anexo.

19. ORÇAMENTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO PODERÁ TER CARÁTER SIGILOSO.

19.1. Não se aplica sigilo a este processo por entender que as divulgações das informações não terão prejuízos à administração.

20. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021).

20.1. Para implementar essa solução, será fundamental uma atualização completa dos dados da frota, incluindo a especificação dos pneus de cada veículo e a verificação de sua compatibilidade. Devido à carência de servidores no departamento de frotas até setembro de 2024, a alimentação do sistema não foi realizada de forma ideal. Com o quadro de funcionários completo, pretende-se normalizar essa situação.

20.2. Importante pontuar também que acerca do art. 18, § 1º, inciso X, da Lei nº 14.133/2021, quanto à capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual, essa Secretaria possui servidores com experiências técnicas e conhecimento acerca dos produtos a serem adquiridos, bem como, caso necessário pode-se solicitar o suporte das demais Secretarias.

20.3. A fiscalização do contrato será realizada por servidores designados pela Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos, responsável por acompanhar e controlar a



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

execução do fornecimento, cabendo-lhe assegurar o cumprimento do objetivo e das atividades contratadas.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Deonir Caldato
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Valdir Zarth
Fiscal Técnico:	A secretaria não dispõe
Suplentes:	Olisses de Lima Bueno

21. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

21.1. Esta equipe de planejamento da Secretaria solicitante declara viável esta contratação.

21.2. Os estudos preliminares evidenciaram que a referida aquisição dos itens, mostra-se possível tecnicamente e fundamentalmente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida. Tomando como base experiências em contratações anteriores e realização de pesquisa de mercado, conforme todo o exposto e a necessidade de contratação do objeto, esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

Dois Vizinhos, 17 de outubro de 2024.

Joel Roberto da Silva Oliveira Matrícula Funcional 18396-1

Isac Vitor Medeiros Matrícula Funcional 19497-1

Documento assinado digitalmente
gov.br ISAC VITOR MEDEIROS
Data: 17/12/2024 13:45:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
gov.br VALDIR ZARTH
Data: 17/12/2024 15:54:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PREFEITURA MUNICIPAL

CNPJ 76.205.640/0001-08

Avenida Rio Grande do Sul, 130 – Fone (46) 3536 8800 – CEP 85.660-000 – Dois Vizinhos - PR

Assinado por 4 pessoas: JOEL ROBERTO DA SILVA OLIVEIRA, BIANCA CRISTINA SCHREIBER, DEONIR CALDATO e OLISSES DE LIMA BUENO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/73AE-B8D2-1628-69E6>



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 73AE-B8D2-1628-69E6

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ JOEL ROBERTO DA SILVA OLIVEIRA (CPF 037.XXX.XXX-96) em 17/12/2024 16:25:54 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ BIANCA CRISTINA SCHREIBER (CPF 085.XXX.XXX-35) em 18/12/2024 07:24:08 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ DEONIR CALDATO (CPF 431.XXX.XXX-68) em 07/01/2025 10:41:31 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ OLISSES DE LIMA BUENO (CPF 059.XXX.XXX-44) em 07/01/2025 10:42:41 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/73AE-B8D2-1628-69E6>